

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.277 - SP (2019/0297269-5)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO DIAS DA CRUZ**  
**ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DIAS DA CRUZ - SP394253**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : YURI JOSE DE ABREU CANDIDO DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

Neste *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Yuri José de Abreu Cândido de Souza** – preso preventivamente e condenado, como incurso no crime de tráfico de drogas, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto (Ação Penal n. 1500134-91.2019.8.26.0549, da Vara Única da comarca de Santa Rosa de Viterbo/SP) –, sob a alegação de excesso de prazo no julgamento da apelação, requer-se, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Sucedendo que é inviável aferir a existência da aludida ilegalidade, pois a **exordial não veio acompanhada de prova apta a comprovar o alegado excesso de prazo para o julgamento da apelação.**

Como é cediço, o *habeas corpus*, ação constitucional de natureza mandamental destinada a afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, tem, em razão de seu escopo, natureza urgente, e por essa razão, **não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações**, a qual deve ser trazida no momento do seu ajuizamento, cabendo o ônus da instrução ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado (STF - AgRg no HC n. 103.240/RS, Ministro Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 29/3/2011; STF - HC n. 107.350/RS, Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 19/5/2011; STJ - HC n. 197.183/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 30/6/2011; STJ - HC n. 119.702/PE, Ministra Jane Silva (Desembargadora Convocada do TJ/MG), Sexta Turma, DJe 2/3/2009).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus* (art. 210 do RISTJ).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

